

Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação. Florianópolis, 07 de fevereiro de 2023.

**Fernando Magoga Conde**  
**Autoridade Ambiental Fiscalizadora.**

Cod. Mat.: 901312

**INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS**  
**Processo:** 21000-2020-59691 **Interessado:** **Júlio Cesar Nostrani da Silva** **CPF:** 829.366.XXX-XX **Auto de Infração:** 45944-A. Com base nos artigos 107, parágrafo único, e 108 da Portaria Conjunta IMA/CPMA nº 143/19, fica o administrado intimado da abertura de prazo de 10 (dez) dias para apresentação das alegações finais, a contar da data da publicação. Florianópolis 20 de dezembro de 2022.  
**Marledo Egidio Costa**  
**Autoridade Ambiental Fiscalizadora.**

Cod. Mat.: 901314

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS**

**Processo Administrativo por Inadimplência Contratual (PAIC)**  
**nº 07DALF-CT/2020**  
**SGP-e: PMSC 49035/2020**

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

O Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças da PMSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993, art. 9º da Lei nº 10.520/2002, e em consonância ao disposto no art. 4º, II, da Portaria nº 146/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.053, em 19 de abril de 2021 c/c Portaria nº 519/PMSC/2021, publicada no DOE/SC nº 21.676, de 28 de dezembro de 2021, e em observância ao processo administrativo instaurado em desfavor da empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.531.343/0001-08, relativo à execução do Contrato Administrativo Nº 103/PMSC/2020, objeto do Pregão Eletrônico nº 049/PMSC/2020, após apreciação dos documentos, parecez e relatórios juntados aos autos, resolve:

1. Acolher parcialmente as alegações da empresa processada.
2. Anuir parcialmente com as observações pontuadas pela Consultoria Jurídica da PMSC nesta Diretoria, em parecer de lavra do Advogado Leonardo Gianotti de Nonohay, visto que em que pese o efeitos inesperados da pandemia, restou comprovado nos autos a prestação deficitária em situações independentes da pandemia;
3. Acolher a conclusão apontada pelo encarregado no relatório do processo administrativo e aplicar a sanção na modalidade de ADVERTÊNCIA, amparado pelo inciso I do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, à empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.531.343/0001-08;
4. À Seção PAIC/DALF para:
  - 4.1 Publicar no Diário Oficial do Estado (DOE);
  - 4.2 Cientificar a contratada desta decisão administrativa, concedendo a esta o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, para apresentação de recurso, nos termos do art. 109, inciso I, letra “f” da Lei nº 8.666/1993;
  - 4.3 Incluir a penalidade no Cadastro de Penalidades do Estado (CADPEN) da empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.531.343/0001-08;
  - 4.4 Arquivar os presentes autos.

Florianópolis, 05 de abril de 2023

**Documento assinado eletronicamente**  
**André Cartaxo Esmeraldo**  
**Coronel PM Diretor de Apoio Logístico e Finanças**  
Cod. Mat.: 901446

**Polícia Civil**

**PORTARIA Nº 020/PCSC/DGPC/GEPLA, DE 05 DE ABRIL DE 2023.**  
**O Delegado-Geral da Polícia Civil**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VI, do Decreto 1.860, de 13 de abril de 2022, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**  
**Art. 1º** - Dispensar o servidor **RODRIGO RAISER SCHNEIDER** – Matrícula 356.696-0-01, cargo de Delegado de Polícia Civil, das funções de acompanhamento e fiscalização, como titular, da execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 2022TN000037, celebrado entre a Controladoria-Geral da União e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto o “estabelecimento de mecanismo de cooperação entre a CGU e a PCSC,

visando ao desenvolvimento de projetos e ações, no âmbito de suas competências institucionais comuns, que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção da transparência e da ética pública, para o fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública”.

**Art. 2º** - Designar o servidor **GUSTAVO MUNIZ SIQUEIRA** – Matrícula 953.583-7-01, cargo de Delegado de Polícia Civil, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 2022TN000037, celebrado entre a Controladoria-Geral da União e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto o “estabelecimento de mecanismo de cooperação entre a CGU e a PCSC, visando ao desenvolvimento de projetos e ações, no âmbito de suas competências institucionais comuns, que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção da transparência e da ética pública, para o fomento do controle social e para o fortalecimento da gestão pública”.

**Art. 3º** - Ao fiscal ora designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria (acordo de cooperação técnica e respectivo plano de trabalho).

**Art. 4º** - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete a supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução do acordo de cooperação técnica.

**Art. 5º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
**ULISSES GABRIEL**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 901260

**PORTARIA Nº 1166/GAB/DGPC/PCSC, de 03/04/2023.**

**O DELEGADOGERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, com base no inc. V do Art. 11 do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, conforme o processo PCSC 32934/2023, concede **EXONERAÇÃO** a **PABLO GIOVANNI SILVA DA COSTA**, mat. nº 0981531701, lotado na DPCO BRUSQUE, ocupante do cargo de AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, com efeitos a contar de 31/03/2023.  
**ULISSES GABRIEL**  
**Delegado-Geral da Polícia Civil**

Cod. Mat.: 901377

**PORTARIA Nº 019/PCSC/DGPC/GEPLA, DE 05 DE ABRIL DE 2023.**  
**O Delegado-Geral da Polícia Civil**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VI, do Decreto 1.860, de 13 de abril de 2022, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**  
**Art. 1º** - Designar a servidora **Susane Souza da Silva** – Matrícula 983285-8, cargo de Agente de Polícia Civil, para atuar como fiscal do Convênio nº 2023TN000090, celebrado entre o Município de Modelo e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto a “transferência de recursos financeiros para a execução do objeto com a finalidade de promover e garantir a realização das atividades de polícia judiciária e de apuração de infrações penais comuns, a manutenção de viaturas e instalações, bem como a aquisição de bens e objetos necessários ao trabalho da Polícia Judiciária, por meio da Delegacia de Polícia de Modelo, conforme Proposta de Trabalho apresentada pela Conveniente e aprovada pela Concedente, doravante denominado Plano de Trabalho (Anexo I), o que integra este Termo de Convênio”, cuja vigência iniciou em 05/04/2023 e encerra-se em 04/04/2028.

**Art. 2º** - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria.

**Art. 3º** - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete a supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução dos convênios.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
**ULISSES GABRIEL**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 901476

**PORTARIA Nº 137/PCSC/DGPC/CORPC, 27/02/2023**

A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do art. 224 da Lei 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina e dos arts. 3º, § 3º e art. 16 a 24 da LC nº 491/2010, resolve DESIGNAR os servidores **Paulo Henrique Ferreira de Deus**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 658.299-9 e **Trícia Paes Hubbe**, Escrivã de Polícia, Classe VII, matrícula nº 356.769-9, ambos Policiais Cíveis de Santa Catarina, para comporem Comissão de Sindicância Acusatória, a ser presididapelo primeiro, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, com a finalidade de apurar eventual cometimento de infração disciplinar atribuída ao Escrivão de Polícia Civil **R. B. C.**,

Classe VII, matrícula nº 287.861-5, conforme apurado na sindicância investigativa nº 306/22. Em síntese, consta nos referidos autos que o mencionado Escrivão de Polícia teria, em tese, agido de forma displicente no cuidado e guarda do aparelho celular marca Apple, modelo Iphone 11 Pro Gold, entregue na CPP de Itajaí no dia 04 de março de 2022, pertencente ao adolescente Carlos Eduardo Doro, o qual restou extraviado embora devidamente apreendido nos autos do APF nº 481-22-00209. Assim agindo, o sindicato **R. B. C.** teria incorrido na infração administrativa disciplinar prevista no **artigo 208, inciso VIII (agir, no exercício da função, com displicência, desleixo ou deslealdade), c/c art. 204, “caput”, ambos da Lei estadual nº 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina.

**Alessandro de Sousa Isoppo**

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 901606

**PORTARIA Nº 118/PCSC/DGPC/CORPC, de 17/02/2023**

**A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, Delegado de Polícia de Entrância Especial Alessandro de Sousa Isoppo, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do artigo 224 da Lei nº 6.843/86 e dos arts. 3º, § 3º e 16 a 24 da Lei Complementar nº 491/2010, DETERMINA a instauração de Sindicância Acusatória, que deverá ser concluída, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, designando os servidores **Brasil Guarani Mendonça Ferreira dos Santos**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 953.571-3 e **Denis Schlang Rodrigues Alves**, Delegado de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 650.169-9, para comporem Comissão de Sindicância Acusatória, a ser presidida pelo primeiro, com a finalidade de apurar possível cometimento de infração disciplinar atribuída ao Delegado de Polícia de Entrância Final **I. G. J. M.**, matrícula 658.317-2, lotado à época dos fatos na DPCO de Presidente Getúlio, em razão do que foi apurado na Sindicância Investigativa nº 035/2021 do NCMO, por ter agido com falta de urbanidade e ofendido moralmente M. S., J. A. V. P. e E. M., bem como deixado de cumprir com suas funções ao não instaurar tempestivamente inquérito policial em relação ao registro policial nº 00363.2020.0000555, e, também de forma injustificada, deixado de despachar pelo menos 217 (duzentos e dezessete) boletins de ocorrência que estavam pendentes na DPCO de Presidente Getúlio, os quais tiveram que ser examinados pela autoridade policial que o substituiu no órgão policial, incorrendo, assim, em tese, na prática das transgressões disciplinares previstas no **artigo 208, incisos I (falta de urbanidade),VIII (agir, no exercício das funções, com displicência, deslealdade ou desleixo), XIV (ofender moralmente qualquer pessoa no recinto da repartição) e XV (deixar de cumprir, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito) c/c artigo 204 da Lei nº 6.843/86** - Estatuto da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

**Alessandro de Sousa Isoppo**

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 901346

**Corpo de Bombeiros Militar**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA**  
**ESTADO MAIOR GERAL**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS**

**TERMO DE DOAÇÃO, PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC e a Prefeitura Municipal de Mafra/SC. **OBJETO:** Doação para o CBMSC pela Prefeitura Municipal de Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.509/0001-72, de 1 (um) Veículo marca Renault, modelo Logan 1.6, combustível Flex, cor Vermelho, ano fabricação/modelo 2010/2011, placas MHX3918, chassi nº 93YLSR7UHBJ642040. **DATA:** Florianópolis, 07 de abril de 2022. **SIGNATÁRIOS:** Marcos Aurélio Barcelos, pelo CBMSC, e Emerson Maas, pela Prefeitura Municipal de Mafra/SC.

**TERMO DE DOAÇÃO, PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC e a Prefeitura Municipal de Mafra/SC. **OBJETO:** Doação para o CBMSC pela Prefeitura Municipal de Mafra/SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.509/0001-72, de 1 (um) Caminhão marca Volvo e sua transformação para caminhão bombeiro, modelo VM 330 6x4, combustível Diesel, cor Vermelho, ano fabricação/modelo 2012/2012, placas MMK4135, chassi nº 93KK0S1D2CE134764. **DATA:** Florianópolis, 11 de abril de 2022. **SIGNATÁRIOS:** Marcos Aurélio Barcelos, pelo CBMSC, e Emerson Maas, pela Prefeitura Municipal de Mafra/SC.